

Sumário

Apresentação, ix

Nota Introdutória, 1

1 Introdução, 3

2 O Ministério Público e a Tutela dos Interesses Metaindividuais, 8

2.1 O direito, a sociedade e o Ministério Público, 8

2.2 A recente evolução do direito processual civil, 11

2.2.1 A inserção do direito processual coletivo nesse processo evolutivo, 17

2.3 A questão do efetivo acesso à ordem jurídica justa, 22

2.4 Entraves à garantia do acesso à ordem jurídica justa, 27

2.5 As ondas renovatórias, 34

2.6 O que vem a ser efetividade processual, 40

2.7 O problema da efetividade no tocante aos interesses metaindividuais, 44

2.8 A introdução e o respectivo desenvolvimento da tutela coletiva no Brasil e o concomitante aumento da participação do Ministério Público nessa seara, 49

3 Legitimidade Investigatória do Ministério Público no Processo Civil, 55

3.1 Aclaramentos conceituais, 55

3.2 Interesses tutelados, 57

3.3 Campos de atuação, 67

3.4 Previsão legal, 70

4 Poderes Investigatórios do Ministério Público, 75

4.1 Introdução, 75

4.2 Poder de requisição, 79

4.2.1 Requisição de matérias protegidas por sigilo, 84

4.2.1.1 Requisição de matérias protegidas por sigilo bancário, 92

4.2.1.2 Requisição de matérias protegidas por sigilo fiscal, 99

- 4.2.2 Requisição de documentos, informações e certidões, 101
- 4.2.3 Requisição de auditorias, exames, perícias ou colaboração de servidores para a prestação de outros serviços, 102
- 4.2.4 Requisição de instauração de procedimentos administrativos por outros órgãos da Administração, 104
- 4.2.5 Requisição de promoção de audiências públicas e de emissão de relatórios e recomendações, 105
- 4.3 Poder de notificação, 107
- 4.4 Poder de inspeção e de realização de diligências investigatórias, 111
- 4.5 Outros poderes, 113
- 4.6 Inquérito civil, 115
 - 4.6.1 Distinção com o inquérito policial, 115
 - 4.6.1.1 Investigação para fins penais, 120
 - 4.6.1.2 Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal às investigações do Ministério Público, 122
 - 4.6.2 Origem e previsão legal, 123
 - 4.6.3 Natureza jurídica, 126
 - 4.6.3.1 Titularidade, 127
 - 4.6.3.2 Facultatividade, 128
 - 4.6.3.3 Formalidade flexível, 129
 - 4.6.3.4 Contraditório, 130
 - 4.6.3.5 Publicidade restrita, 137
 - 4.6.3.6 Autoexecutoriedade, 142
 - 4.6.4 Objeto, 142
 - 4.6.5 Procedimento, 145
 - 4.6.5.1 Instauração, 148
 - 4.6.5.2 Instrução, 149
 - 4.6.5.3 Conclusão, 150
 - 4.6.5.4 Recursos que podem ser interpostos, 157
 - 4.6.5.5 Dever de fundamentação dos atos, 160
 - 4.6.6 Procedimentos assemelhados (preparatórios), 161
- 5 Sugestões para o Aprimoramento da Atuação do Ministério Público nas Ações Coletivas, 164
 - 5.1 Introdução, 164
 - 5.2 Uniformização dos poderes investigatórios na legislação interna e institucional, 166
 - 5.3 Incremento dos recursos materiais e humanos, 168
 - 5.4 Especialização, 173
 - 5.5 Racionalização, gestão e planejamento administrativos, 175

6 Considerações Conclusivas, 181

Bibliografia, 185